

REVISÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE TRABALHO INFORMAL LITORÂNEO NO BRASIL (2014-2023)

Braz Isac Andrade Santos¹  Michele Damásio de Jesus¹ 
Juliana Aparecida de Oliveira Camilo²  Lívia Gomes Viana-Meireles³ 

RESUMO

O presente artigo objetivou compreender como o trabalho informal no litoral foi retratado na literatura científica brasileira (2014-2023). Foi realizada uma revisão sistemática buscando verificar as intersecções entre as temáticas. A pesquisa localizou 201 trabalhos e, a partir dos critérios de seleção, foram analisados em profundidade nove materiais, com o auxílio do software Atlas.ti®. Os trabalhos selecionados concentram-se na região Nordeste do Brasil e apresentam diversidade metodológica, com predomínio de abordagens qualitativas. Os temas foram sobre a divisão sexual do trabalho, o trabalho infantil, a segurança alimentar, as condições precárias de trabalho e as estratégias de sobrevivência. Identificaram-se importantes lacunas, como a ausência de pesquisas em outras regiões costeiras do país, a escassa abordagem da dimensão racial e a limitação na análise dos impactos psicossociais da informalidade. A psicologia social do trabalho esteve presente em apenas três estudos, revelando um campo ainda incipiente. Conclui-se que a produção científica sobre o tema carece de maior aprofundamento crítico e de um compromisso analítico com as desigualdades estruturais, sendo fundamental fortalecer a articulação entre pesquisa, políticas públicas e garantia de direitos para as/os trabalhadoras/es informais do litoral brasileiro.

Palavras-chave: Psicologia Social do Trabalho; Trabalho Informal; Condições de Trabalho; Litoral; Trabalho Infantil.

SCIENTIFIC LITERATURE REVIEW ON INFORMAL COASTAL WORK IN BRAZIL (2014–2023)

ABSTRACT

This article aimed to understand how informal work on the Brazilian coast has been portrayed in scientific literature between 2014 and 2023. A systematic review was conducted to explore the intersections between key themes. The research identified 201 records, and based on the inclusion criteria, nine studies were analyzed in depth using Atlas.ti® software. The selected studies are concentrated in the Northeast region of Brazil and exhibit methodological diversity, with a predominance of qualitative approaches. The main topics addressed were the gendered division of labor, child labor, food safety, precarious working conditions, and survival strategies. Significant gaps were identified, including the lack of studies in other coastal regions of the country, limited consideration of racial issues, and insufficient analysis of the psychosocial impacts of informality. Social psychology of work appeared in only three studies, indicating an emerging and underdeveloped field. It is concluded that the scientific literature on this topic lacks critical depth and an analytical commitment to structural inequalities. Strengthening the connection between research, public policy, and the protection of rights for informal coastal workers in Brazil is essential.

Keywords: Social Psychology of Work; Informal Work; Working Conditions; Coastline; Child Labor.

¹ Universidade Federal da Bahia- PPGPSI UFBA

² Universidad de Valladolid

³ Universidade Federal do Ceará

Autor Correspondente: Braz Isac Andrade Santos

E-mail: brazisac@outlook.com

Recebido em 09 de Setembro de 2024 | Aceito em 26 de Agosto de 2025.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças sociais impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico têm impactado significativamente os diversos contextos do mundo do trabalho. No cotidiano, observa-se que medidas governamentais estão promovendo a precarização e flexibilização dos direitos trabalhistas (Jesus & Santos, 2021). Este cenário tem ampliado a exclusão e segregação de trabalhadoras/es que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver, especialmente aquelas/es em situação de informalidade e vulnerabilidade socioeconômica. (Antunes, 2010).

Essas transformações afetam principalmente a representação social e jurídica do trabalho, ou seja, a modalidade de emprego, que deveria proporcionar segurança e garantias de direitos trabalhistas (Braghini & Fenelon, 2020). Nesse sentido, a classe trabalhadora, denominada por Antunes (2018) como “classe-que-vive-do-trabalho”, enfrenta a fragilização de seus direitos em prol do desenvolvimento capitalista que beneficia principalmente (ou exclusivamente) as classes dominantes. As promessas não cumpridas da política neoliberal intensificaram a destruição das garantias de emprego, como mostra Zanghelini e Bolaño (2022), a taxa de desemprego aberto no Brasil reduziu insignificativamente de 12,4% em 2017 para 11,8% em 2019, após a Reforma Trabalhista.

O discurso neoliberal tem sido usado como justificativa para precarizar ainda mais as relações de trabalho, sendo a Reforma Trabalhista de 2017 um dos marcos nacionais do êxito da política neoliberal de precarização das relações de trabalho (Silva et al., 2020). Apesar de uma ligeira queda nas taxas de desemprego aberto, há aumento no número de subocupados, trabalhadoras/es sem direitos e em condições precárias (Filgueiras, 2019). A flexibilização das leis trabalhistas prometia gerar empregos e melhorar a economia, mas resultou na ampliação de contratos temporários e na redução da influência da justiça do trabalho e dos sindicatos (Filgueiras, 2019; Silva et al., 2020).

O trabalho, por ocupar uma parte expressiva da vida cotidiana, constitui um elemento central da experiência humana, cujas transformações afetam diretamente as trajetórias dos trabalhadores e de suas famílias (Silva, 2022). No entanto, a informalidade não é uma “nova morfologia do trabalho” (Mendes, 2020), mas uma realidade predominante. Valentin et al. (2022) apontam que, em 2020, 54% das/os trabalhadoras/es na América Latina estavam na informalidade. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022) revela que a informalidade na América Latina e Caribe corresponde a cerca de 56% de todas/os as/os trabalhadoras/es.

No Brasil, estima-se que 39,5% da população ocupada esteja no trabalho informal, o que representa cerca de 34 milhões de pessoas, embora esse número possa ser maior devido às dificuldades conceituais e à pluralidade das atividades informais (Vaclavik, Oltramari & Oliveira, 2022). Autoras/es como Filgueiras, Druck e Amaral (2004), Antunes (2011) e Cerqueira (2017) discutem a complexidade de definir a informalidade e a dificuldade de abarcar todas as suas representações. Krein e Proni (2010) distinguem entre a “velha” e a “nova” informalidade, sendo a primeira relacionada a atividades de sobrevivência de baixa produtividade e a segunda resultante da reorganização econômica e redefinição da regulação do trabalho, como empregos disfarçados de estágios ou trabalhos voluntários (Fernandes, 2020).

A informalidade muitas vezes serve como uma válvula de escape ao desemprego (Chersoni, 2021). Torres et al. (2018) afirmam que, no Brasil, a história da informalidade se confunde com a própria constituição do mercado de trabalho, permitindo a sobrevivência daquelas/es sem acesso ao trabalho formal. Uma visão crítica é necessária para entender como a informalidade pode ser usada para burlar os direitos trabalhistas.

Considerando as diversas facetas da informalidade e as transformações sociais do trabalho contemporâneo, essa temática ganha destaque nas discussões acadêmicas. A Psicologia Social do Trabalho se insere nesse

debate ao analisar as demandas dos contextos de trabalho, investigando como as mudanças nas condições laborais afetam o bem-estar psicológico, a identidade e a dinâmica social das/os trabalhadoras/es (Sato, 2013; Sato, Coutinho & Bernardo, 2018). A informalidade, com sua falta de direitos e instabilidade, pode aumentar o estresse e a insegurança, prejudicando a saúde mental e a qualidade de vida das/os trabalhadoras/es. Assim, a psicologia oferece uma perspectiva crucial para compreender e abordar as complexidades do trabalho informal. Diante desse contexto complexo, é importante destacar o papel do trabalho informal nos litorais brasileiros, onde ele desempenha um papel crucial na economia, oferecendo oportunidades de comércio de bens e serviços que garantem a subsistência de trabalhadoras/es (Santos & Camilo, 2024a, 2024b). No entanto, esse espaço de lazer público, vital para a economia local, também é marcado pela precariedade e invisibilidade do trabalho informal (Silva, 2017).

Assim, o presente artigo tem como objetivo compreender como o trabalho informal no litoral brasileiro foi retratado na literatura científica no período de 2014-2023. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura para verificar as intersecções entre as temáticas do trabalho informal nos espaços litorâneos nacionais. Buscou-se responder às seguintes perguntas: a) Quais as características dos estudos que discutem os trabalhos informais no litoral? b) Quais as proximidades e contradições dos estudos? c) Quais as lacunas existentes sobre as temáticas? e d) Qual tem sido a contribuição da psicologia do trabalho neste campo?

2 MÉTODO

Foi realizado um levantamento de trabalhos publicados de 2014 a 2023 na base de dados *on-line* do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

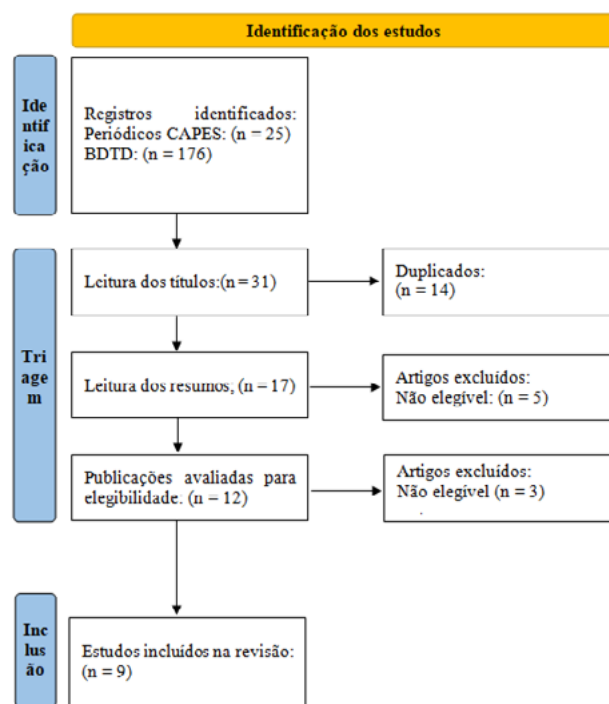
O portal CAPES foi escolhido por ser um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil, com 455 bases de dados, e a BDTD por possuir vasta coleção de teses e dissertações produzidas por instituições de ensino superior em todo o Brasil. Por serem bases que oferecem acesso gratuito a ampla gama de trabalhos acadêmicos de alta qualidade, garantindo relevância e robustez aos resultados da revisão.

Na busca avançada do CAPES, foram utilizados as seguintes combinações de descritores com os operadores booleanos: “Trabalho Informal AND Praia OR Trabalho Informal AND Litoral” e “Informalidade AND Praia OR Informalidade AND Litoral”. Para a BDTD, que não permite o uso do comando “OR”, utilizamos as combinações: “Trabalho Informal AND Praia”, “Trabalho Informal AND Litoral”, “Informalidade AND Praia” e “Informalidade AND Litoral”. A escolha dessas palavras-chave decorreu da necessidade da centralidade do conceito de trabalho informal, a especificidade geográfica do litoral e das praias, e a importância de capturar a diversidade das atividades informais, incluindo vendedoras/es ambulantes e outros tipos de comércio.

A etapa de levantamento foi conduzida por uma pesquisadora e um pesquisador envolvidos na elaboração deste artigo. A seleção inicial dos trabalhos ocorreu por meio da leitura dos títulos e resumos, com o objetivo de identificar suas abordagens, métodos e principais resultados. Como critérios de inclusão, foram considerados a disponibilidade do material na íntegra e a compatibilidade temática com o trabalho informal em contextos litorâneos. Entre os critérios de exclusão, destacam-se a repetição de materiais, estudos realizados em outros países e produções sem relação direta com o objetivo deste estudo. Os resultados iniciais foram tabulados em duas rodadas independentes, realizadas separadamente por cada pesquisadora/r, a fim de garantir maior rigor na avaliação de inclusão e exclusão. Essa etapa resultou no extrato das produções científicas nacionais. Na fase de avaliação por pares, foram revisadas a aderência e a relevância dos materiais selecionados, o que levou à exclusão de três arquivos (uma dissertação de mestrado e dois artigos) por falta de alinhamento temático. Ao final desse processo, foram definidos nove trabalhos para leitura aprofundada e categorização.

O extrato dos materiais foi compartilhado com duas professoras doutoras em psicologia, que atuaram como avaliadoras preliminares para garantir a fidedignidade da amostragem. Após discussão no grupo de pesquisa, os materiais foram lidos na íntegra para compor este artigo. Para a análise qualitativa dos estudos selecionados, utilizou-se o *software* Atlas.ti®. O processo de codificação e análise envolveu várias etapas sistemáticas. Inicialmente, todos os documentos foram importados para o Atlas.ti® e lidos na íntegra para familiarização com o conteúdo. Com base nessa leitura inicial, foi desenvolvido um esquema de codificação preliminar, incluindo categorias como “condições de trabalho”, “perfil dos trabalhadores”, “gênero”, “idade”, “educação”, “motivações para o trabalho informal” e “impactos sociais e econômicos”. Utilizando este esquema, os documentos foram codificados, marcando-se segmentos relevantes de texto com códigos apropriados. Posteriormente, os códigos foram revisados e refinados, combinando códigos redundantes e criando novos conforme necessário. Os dados codificados foram organizados em temas principais e subtemas, identificando padrões e relações entre eles. Os achados foram sintetizados, possibilitando assim a elaboração de conclusões sobre as características e dinâmicas do trabalho informal no litoral. O fluxo da estratégia de busca está detalhado na Figura 1.

Figura 1 Fluxograma da estratégia de busca e trabalhos incluídos na revisão



Fonte: Elaboração das autoras e autor.

Conforme a figura 1, a pesquisa inicial obteve um total de duzentos e um arquivos, sendo vinte e cinco artigos do Portal de Periódicos CAPES e cento e setenta e seis teses e dissertações da BDTD. Após análise dos títulos, selecionamos trinta e um materiais e excluímos quatorze duplicados. Na etapa de leitura dos resumos, removemos cinco por não serem elegíveis. Dos doze trabalhos restantes, excluímos três por falta de aderência ao objetivo da pesquisa. Os nove arquivos restantes (quatro artigos, quatro dissertações e uma tese) foram analisados no Atlas.ti®, categorizando informações como ano, revista/instituição/programa, autoria, título, objetivo, método, participantes, resultados e endereço de acesso.

3 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão divididos em duas partes principais. Na primeira parte caracteriza as pesquisas utilizadas, enquanto a segunda oferece dados para a metanálise qualitativa das informações divulgadas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PESQUISAS

A Tabela 1 apresenta uma caracterização detalhada das pesquisas incluídas neste estudo, fornecendo informações abrangentes sobre as/os autoras/es, ano de publicação, área de conhecimento, tipo de material, revista (para artigos) ou instituição de ensino superior (para dissertações e teses).

Tabela 1 Caracterização dos Trabalhos Científicos Incluídos no Estudo

<i>Autoria e Ano</i>	<i>Formação da 1ª Autoria</i>	<i>Título do Trabalho</i>	<i>Tipo de Publicação</i>	<i>Método</i>	<i>Instrumentos</i>	<i>Revista/Instituição</i>
Jesus (2023)	Graduação em Administração, mestrado em Psicologia	O cotidiano das baianas de acarajé em praias turísticas da Bahia	Dissertação	Pesquisa Qualitativa	Observações e Entrevistas semi-estruturadas, registros de diálogos espontâneos	Universidade Federal da Bahia
Lima Junior (2019)	Graduação em Geografia. Mestrado em Geografia.	As territorialidades dos ambulantes em Natal (RN)	Dissertação	Pesquisa Qualitativa	Observação de campo, diário de campo, registro fotográfico, diálogos e escuta.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Costa Neto et al. (2019)	Graduação em Biologia; Doutor em Ecologia	Diagnóstico etnoecológico em comunidades pesqueiras do litoral norte do Brasil	Artigo	Pesquisa Qualitativa	Observação das práticas cotidianas, entrevistas semi-estruturadas	Ethnoscientia- Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia
Silva (2018)	Graduação em Ciências Biológicas, Doutorado em Saúde Pública	Quando eu consegui segurar a bacia com amendoim: o trabalho infantil em praias do litoral baiano	Tese	Pesquisa Qualitativa	Técnicas de observação, diário de campo, entrevistas semi-estruturadas	Universidade Federal da Bahia
Silva (2020)	Graduação em Psicologia e Ciências Sociais. Doutorado em Saúde Pública	Entre calles y trabajos: trabalhos de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil	Artigo	Pesquisa Qualitativa	Observações, entrevistas, grupos focais e fotografia etnográfica	Revista Colombiana de Sociologia
Sousa (2016)	Graduação em Gestão de Recursos Humanos. Mestrado em Psicologia	O consumo turístico no trabalho informal de vendedores na praia do futuro/Fortaleza/Ceará	Dissertação	Pesquisa Qualitativa	Questionário e entrevista	Universidade Estadual do Ceará
Vidal Júnior et al. (2017)	Graduação em Nutrição. Doutorado em Alimentos, Nutrição e Saúde	Comida de rua e trabalho infantil: realidade na orla marítima de Salvador Bahia Brasil	Artigo	Pesquisa Quantitativa	Questionário.	Vigilância sanitária em debate – sociedade, ciência & tecnologia
Xavier (2014)	Graduação em Psicologia. Mestrado em Psicologia	Mobilização de competências na atividade informal do vendedor ambulante em praia de Natal (RN)	Dissertação	Método Misto	Questionário, observações e entrevistas.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Xavier, Falcão e Torres (2015)	Graduação em Psicologia. Mestrado em Psicologia	Caracterização da atividade laboral de trabalhadores informais em praia de Natal (RN)-Brasil	Artigo	Método Misto	Questionário, observações e entrevistas.	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho

Fonte: Elaboração das autoras e autor.

A caracterização das pesquisas sobre o trabalho informal no litoral brasileiro revela uma diversidade significativa de contextos, metodologias e focos temáticos. As pesquisas analisadas abrangem diferentes regiões do Nordeste do Brasil e apresentam uma variedade de abordagens para entender as dinâmicas do trabalho informal em contextos costeiros.

Os resultados demonstram que as/os autoras/es dos estudos possuem formações acadêmicas diversas, incluindo áreas como Administração, Psicologia, Geografia, Biologia, Ecologia e Saúde Pública. Essa diversidade de formações contribui para uma abordagem interdisciplinar na análise do trabalho informal, permitindo uma compreensão mais rica e abrangente das práticas e desafios enfrentados pelas/os trabalhadoras/es informais.

As pesquisas empregam predominantemente metodologias qualitativas, utilizando técnicas como observações participantes, entrevistas semi-estruturadas, diários de campo e registros de diálogos espontâneos. Essas metodologias são adequadas para produzir informações sobre as nuances e complexidades das práticas cotidianas das/os trabalhadoras/es informais, proporcionando visões sobre as condições de trabalho, estratégias de sobrevivência e interações sociais.

As pesquisas abordam a diversidade de temas que revelam diferentes dimensões do trabalho informal em contextos litorâneos. No campo cultural e identitário, Jesus (2023) investiga o cotidiano das baianas de acarajé em praias turísticas da Bahia, destacando como a cultura local se articula com as práticas informais. Relacionado ao uso e apropriação do espaço, Lima Junior (2019) analisa as territorialidades dos ambulantes em Natal (RN), demonstrando como esses trabalhadores ocupam e negociam os espaços urbanos costeiros para desenvolver suas atividades econômicas. Na interface entre saberes tradicionais e sustentabilidade, Costa Neto et al. (2019) realizam um diagnóstico etnoecológico em comunidades pesqueiras, integrando conhecimentos sociais e naturais para compreender as práticas de pesca e suas implicações ambientais. No que tange às condições sociais e desafios enfrentados, Silva (2018) focaliza o trabalho infantil em praias do litoral baiano, abordando as experiências e dificuldades vivenciadas por crianças e adolescentes em situação de trabalho. Por fim, estudos de Silva (2020) e Sousa (2016) investigam as condições de vida e trabalho de populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes, enfatizando as fragilidades socioeconômicas presentes nesses grupos.

Estes estudos analisados cobrem diversas regiões do Nordeste brasileiro, sendo produções da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. A concentração de pesquisas nessa região pode ser explicada pela importância histórica e econômica do litoral nordestino, que abriga uma grande diversidade de atividades informais devido ao turismo e à pesca. As pesquisas são majoritariamente publicadas por universidades federais, como a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, indicando a relevância acadêmica e o interesse das instituições de ensino superior em investigar o trabalho informal.

Apesar de realizadas no Nordeste, os resultados das pesquisas são divulgados em revistas de diferentes regiões, evidenciando a difusão do conhecimento. A inclusão do artigo de Silva (2020) publicado em espanhol na *Revista Colombiana de Sociología*, sediada em Bogotá, Colômbia, exemplifica a abordagem ampla de busca sem refinamento por idioma.

3.2 METANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A análise dos materiais revelou várias similaridades, especialmente na caracterização do perfil das/os trabalhadoras/es do litoral. A divisão sexual do trabalho é evidente: Sousa (2016) observa que o comércio ambulante é predominantemente masculino, enquanto Vidal Júnior et al. (2017) indicam que os meninos tendem a realizar atividades fora de casa, ao passo que as meninas se ocupam de tarefas consideradas domésticas, mesmo que fora de suas residências.

Em termos de faixa etária, os estudos analisados podem ser divididos em dois grupos: alguns focam no trabalho infantil (até 18 anos), enquanto outros investigam apenas adultos (acima de 18 anos). A comparação etária foi desafiadora devido às diferentes formas de apresentação dos dados (médias, amplitudes, idades mínima e máxima). Para os adultos, as idades variam de 18 a 69 anos, enquanto no caso do trabalho infantil, a variação é de 5 a 17 anos. Consta em Vidal Júnior et al. (2017) que as crianças e adolescentes já estavam trabalhando, em média, há dois anos no momento da pesquisa, sugerindo uma continuidade no trabalho infantil e indicando que as violações de direitos podem começar em idades ainda mais jovens.

O trabalho infantil é o foco central da tese de Silva (2018), que examina as condições desse trabalho em Salvador-BA. O estudo conclui que o trabalho infantil é uma consequência da pobreza, com crianças e adolescentes envolvidos em atividades laborativas para complementar a renda familiar. Embora a evasão escolar seja baixa, existem consequências negativas significativas no desenvolvimento educacional devido à exposição ao trabalho irregular.

Quanto aos trabalhadores adultos, a baixa escolaridade é uma característica marcante. Estudos de Sousa (2016), Xavier (2014), e Xavier, Falcão & Torres (2015) indicam que, embora existam pessoas com ensino médio e superior, a maioria possui apenas o ensino fundamental. A informalidade do trabalho no litoral é heterogênea, abrangendo diversos segmentos. Lima Júnior (2019) aponta motivos como fonte única de renda, complementação de renda e independência como fatores que levam à inserção nesses trabalhos. Esses motivos são encontrados tanto no trabalho infantil quanto no adulto. A Tabela 2 detalha esses motivos.

Tabela 2 Motivos para a inserção ao mercado informal no litoral

<i>Autoria</i>	<i>Motivos para trabalhar na informalidade</i>
Jesus (2023)	Tradição família, vínculo emocional e cultural que as baianas carregam como herança. Geração de renda.
Lima Junior (2019)	Crise na geração de empregos no setor formal.
Costa Neto et al. (2019)	Geração de renda para a manutenção da vida.
Silva (2018)	Contribuição da renda na sobrevivência familiar.
Silva (2020)	Manutenção das necessidades imediatas, os ganhos são muito poucos, não dando nem para a sobrevivência.
Sousa (2016)	Dificuldade em acessar o trabalho formal. Uma forma de ganhar dinheiro para sustento da família.
Vidal Júnior et al. (2017)	Aumentar a renda familiar.
Xavier (2014)	Decorrente da reestruturação produtiva, dificuldade de acesso ao mercado formal. A informalidade no litoral é uma forma de garantir renda de maneira rápida.
Xavier, Falcão e Torres (2015)	A economia informal é estratégia de sobrevivência daqueles que não conseguiram espaço no mercado formal de trabalho.

Fonte: Elaboração das autoras e autor.

A necessidade de complementar a renda familiar influencia diretamente o trabalho informal, caracterizado por longas jornadas diárias sem descanso semanal ou férias. Estudos (Silva, 2020; Xavier, Falcão & Torres, 2015; Xavier, 2014) indicam que os adultos trabalham diariamente ou quase todos os dias, enquanto as crianças trabalham predominantemente nos fins de semana (Silva, 2018; Vidal Júnior et al., 2017). Em cinco dos sete estudos que forneceram dados sobre carga horária, as jornadas superam oito horas diárias, inclusive para crianças e adolescentes. Os produtos comercializados nas praias brasileiras são diversos, abrangendo alimentos, artesanato, artigos de entretenimento, bebidas, moda praia e serviços, conforme descrito na Tabela 3.

Tabela 3 *Resumo descritivo dos produtos comercializados nas praias*

Categorias	Produtos
Alimentação	Sorvete, picolé, gelados comestíveis, camarão, ostra, lagosta, marisco, peixe, caranguejo, passarinha (baço do boi frito), espetinho, carne de sol, frango, castanha de caju, amendoim, caldinho (pequena porção de caldo de feijão, sururu, peixe ou camarão), bolo, doces, balas, algodão doce, mel, ovo de codorna, coxinha, empada, espetinho, queijo coalho, frutas, salgadinho industrializado, sanduíche, pastel, pizza, cachorro-quente, batata frita, acarajé, abará, milho.
Artesanato	Bijuteria, bolsa, chapéu, sandália, rede, manta, pintura em tela, sândalo, tapete, toalha de mesa, panos de prato, bordados, colcha, terços e rosários religiosos.
Artigos de entretenimento	Jornal, brinquedos, boias infláveis, CD e DVD falsificados, massinha de modelar, raspadinha, flores, bastão de <i>selfie</i> , caixa de som, brinquedos sexuais para adultos.
Bebidas	Água de coco, cerveja, água mineral, refrigerantes, caldo de cana, suco, vitamina de frutas, açaí, energético, bebida alcoólica (caipirinha, hula-hula, batidas e cerveja).
Moda Praia	Biquíni, sunga, saia, short, vestidos, óleos e loções bronzeadores, protetores solares, óculos de sol, camisetas, cangas, óculos de sol, boné, toalha de banho, camisa de time, saída de banho.
Serviços	Tatuagem de henna, massagem, aferição da pressão arterial, passeios de jangada.
Outros	Animais domésticos como gatos, cachorros entre outros, drogas ilícitas e cigarro.

Fonte: Elaboração das autoras e autor.

Os estudos sinalizam que os produtos e serviços comercializados nesses espaços são diversos, são apresentados dados do segmento de alimentação, artesanato, artigos de entretenimento, bebidas, moda praia e serviços. Outro aspecto crítico são as condições de moradia. Estudos de Jesus (2023), Lima Júnior (2019), Sousa (2016), Costa Neto et al. (2019) e Silva (2020) destacam a importância da proximidade entre moradia e local de trabalho para reduzir tempo e custos de deslocamento.

A segurança alimentar, discutida em Jesus, 2023 e Vidal Júnior et al., 2017, é uma preocupação crescente. Há irregularidades na produção, armazenamento, transporte e distribuição de alimentos, destacando a necessidade de capacitação e fiscalização pública. Vidal Júnior et al. (2017) também apontam a falta de preparo das crianças como um fator de risco para a contaminação alimentar.

As condições de trabalho no litoral, retratadas por Lima Júnior (2019), Sousa (2016) e Xavier (2014), incluem dificuldades físicas como carregar carrinhos e bolsas pesadas pela areia, exposição ao sol e à chuva, e falta de recursos de proteção. Jesus (2023) detalha as condições das baianas de acarajé em Salvador, que enfrentam desafios adicionais, como normas de vestimenta e manuseio de azeite quente. As condições de trabalho informais no litoral, somadas à ausência de garantias sociais e jurídicas, resultam em um ambiente de trabalho precário. Apesar da subsistência proporcionada por essas atividades, há uma falta de recursos para tornar o trabalho mais decente, além das longas jornadas de trabalho exigidas.

A psicologia representa um terço dos estudos dedicados à investigação do trabalho informal em áreas litorâneas (Jesus, 2023; Xavier, Falcão & Torres, 2015; Xavier, 2014). Estes trabalhos estudam a complexidade da atividade da/o vendedora/r ambulante, a organização do trabalho e as competências necessárias, demonstrando que o trabalho informal demanda sistematicidade e organização comparáveis ao trabalho regulado, além do controle de todas as etapas do processo produtivo. Embora em dados percentuais, possa parecer que a psicologia contribui para uma boa quantidade dos resultados obtidos, de maneira geral e principalmente para esse campo do conhecimento, o trabalho informal no litoral ainda é um campo de pesquisa subexplorado, necessitando assim de mais pesquisas e implicações.

4 DISCUSSÃO

O trabalho informal no litoral brasileiro é marcado por características heterogêneas que revelam as marcas da precariedade e desigualdade estruturais (Pereira & Cabral, 2019). Esses espaços, muitas vezes associados ao lazer e diversão, também são palcos de condições de trabalho adversas e de uma luta diária pela sobrevivência das/os trabalhadoras/es (Santos & Camilo, 2024a; 2024b).

Embora historicamente os trabalhos mais precários sejam ocupados por mulheres (Cisne, Castro & Oliveira, 2018), pesquisas como as de Xavier (2014), Sousa (2016) e Vidal Junior (2017) indicam uma maior predominância masculina no trabalho informal no litoral, com homens representando 68,3%, 72% e 71,3%, respectivamente, das pessoas que participaram dos estudos. Fernandez (2019) discute a segregação ocupacional por gênero, mostrando que as mulheres tendem a ocupar funções que se assemelham às atividades domésticas. Isso se reflete nos resultados, como mostra o estudo de Jesus (2023), que aborda especificamente mulheres atuantes em atividades relacionadas à alimentação no contexto do trabalho informal litorâneo.

A exploração do trabalho infantil é um indicador das vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias devido às desigualdades e à pobreza (Santoni, 2022). A presença de crianças e adolescentes no trabalho informal do litoral é uma violação grave dos direitos humanos, perpetuada por discursos morais que legitimam essa exploração (Silva, 2018). As crianças e adolescentes envolvidos nessas atividades sofrem prejuízos significativos na escolaridade. Meneses et al. (2012) mostram que, embora a maioria (95%) continue frequentando a escola, muitos (70%) apresentam atrasos em relação a outras/os alunas/os da mesma idade, evidenciando os impactos negativos do trabalho precoce.

O trabalho informal, que opera sem regulamentações, permite que crianças sejam submetidas a riscos e violências (Santos & Camilo, 2024c). Esse cenário revela uma distribuição desigual das precariedades no trabalho informal, em que mulheres, crianças e adolescentes enfrentam condições mais adversas e marcadas pela violência.

Os trabalhadores informais do litoral variam em idade de 5 a 69 anos, com uma continuidade geracional observada especialmente em atividades ambulantes, as quais são desempenhadas por jovens, enquanto as barracas geralmente geridas por idosas/os (Araújo et al., 2012). A presença de idosas/os pode ser explicada pela necessidade de complementar a renda após a aposentadoria ou devido à falta de seguridade social (Lobato, Costa & Rizzotto, 2019).

Os estudos sobre informalidade no litoral brasileiro estão concentrados na região Nordeste, uma área conhecida tanto pelo turismo quanto pela pobreza (Sousa, 2022; Sousa, 2016). A combinação da dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal com o turismo de sol e mar cria um ambiente propício para a informalidade. No entanto, é crucial reconhecer que a informalidade é uma realidade em todas as regiões do Brasil, e a falta de estudos em outras áreas representa uma lacuna significativa na literatura.

Outro ponto negligenciado nas pesquisas é a questão racial. O silenciamento da questão racial impede uma compreensão completa do trabalho informal no litoral e dificulta o desenvolvimento de políticas eficazes (Schwarcz, 2012). A ausência de dados sobre cor, raça ou etnia das/os trabalhadoras/es informais no litoral limita a capacidade de entender plenamente as dinâmicas desse mercado de trabalho. Os estudos analisados focam principalmente no trabalho infantil, na segurança alimentar e na alimentação de rua. A representação do trabalho informal no litoral é variada e complexa, refletindo a diversidade das/os trabalhadoras/es e das atividades. A psicologia contribuiu pouco para a produção científica sobre o trabalho informal no litoral, com apenas três estudos obtidos nesta revisão. Estes estudos destacam o perfil das/os trabalhadoras/es ambulantes e as competências necessárias para suas atividades, ressaltando a importância da organização e sistematicidade no trabalho informal. No entanto, a ausência de um olhar mais amplo da psicologia dificulta a compreensão dos impactos psicossociais desse tipo de trabalho.

De maneira geral, não foi identificado crescimento do tema nas pesquisas científicas. Reconhecemos que o recorte específico desta revisão pode ter excluído outros estudos relevantes não indexados nas bases de dados consultadas. É crucial ampliar as pesquisas sobre o trabalho informal no litoral, considerando diferentes regiões e incluindo discussões sobre raça, gênero e outras dimensões sociais. Além disso, há necessidade urgente de políticas públicas que abordem as condições de trabalho no litoral, proporcionando maior proteção social e econômica para essas/es trabalhadoras/es. A implementação de programas de educação e treinamento pode ajudar a mitigar os efeitos negativos do trabalho informal, especialmente para crianças e adolescentes. Assim como apontam Santos e Camilo (2024c) é necessário uma fiscalização mais rigorosa e o apoio governamental para assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender como o trabalho informal no litoral brasileiro foi retratado na literatura científica no período de 2014 a 2023. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática que permitiu identificar e analisar as principais características das produções acadêmicas sobre o tema.

Os estudos analisados concentram-se majoritariamente na região Nordeste do Brasil, com destaque para os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Predominam metodologias qualitativas, com uso de observações, entrevistas e diários de campo. As produções são oriundas de diversas áreas do conhecimento, como Psicologia, Geografia, Saúde Pública, Administração e Ciências Biológicas, o que evidencia uma abordagem interdisciplinar sobre o tema. Além disso, destacam-se temas como trabalho infantil, divisão sexual do trabalho, segurança alimentar, territorialidades e estratégias de sobrevivência.

Os achados também evidenciam a precariedade das condições de trabalho informal no litoral, o papel central da informalidade na geração de renda e a inserção precoce de crianças e adolescentes nesse tipo de ocupação. A divisão sexual do trabalho aparece como um traço comum, com homens mais presentes em atividades ambulantes e mulheres em atividades relacionadas à alimentação. No entanto, há diferenças metodológicas, variações nos perfis dos participantes e lacunas importantes quanto à abordagem de questões como raça, geração e impactos psicossociais.

Identificam-se importantes lacunas na produção científica sobre o trabalho informal no litoral brasileiro. A primeira diz respeito à concentração geográfica dos estudos, restritos à região Nordeste, o que revela uma ausência de investigações em outras regiões costeiras do país (Sudeste, Sul e Norte) igualmente marcadas pela presença de atividades informais. Outra lacuna refere-se ao silenciamento da dimensão racial, o que compromete a compreensão das desigualdades que estruturam esse tipo de inserção laboral. Além disso, observa-se uma escassez de análises que explorem os impactos subjetivos e psicossociais da informalidade,

especialmente quando se consideram recortes de gênero, infância e envelhecimento, cujas especificidades demandam atenção particular.

A psicologia está presente em apenas três dos nove estudos analisados, contribuindo principalmente para a compreensão das competências mobilizadas no trabalho ambulante, da organização do trabalho e das estratégias de resistência. No entanto, o campo ainda carece de maior presença e aprofundamento na análise dos efeitos psicossociais da informalidade, como estresse, insegurança, saúde mental e identidade laboral. A psicologia pode desempenhar um papel fundamental na ampliação do debate sobre as condições subjetivas vividas por essas/os trabalhadoras/es.

Conclui-se, portanto, que o trabalho informal no litoral brasileiro é um campo de estudo potente e ainda insuficientemente explorado. Compreender essas experiências exige um olhar atento às desigualdades estruturais que as sustentam, mas também às formas de resistência, criatividade e cuidado que emergem desses contextos. Urge, assim, que as ciências sociais, e em especial a psicologia, avancem na produção de conhecimentos comprometidos com a visibilidade, a dignidade e os direitos dessas/es trabalhadoras/es, contribuindo para a construção de um futuro mais justo nos múltiplos territórios à beira-mar.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo editorial.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serviço Social & Sociedade*, 405-419. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300002>
- Antunes, Ricardo. (2010). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo, Editora Cortez.
- Araújo, M. C. B., Silva-Cavalcanti, J. S., Vicente-Leal, M. M., & da Costa, M. F. (2012). Análise do comércio formal e informal na Praia de Boa Viagem, Recife, Pernambuco, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 12(3), 373-388. <https://scielo.pt/pdf/rgci/v12n3/v12n3a08.pdf>
- Braghini, M., & Fenelon, R. (2020). Regime constitucional do emprego socialmente protegido: princípio socioambiental do trabalho e tutela efetivo ao meio ambiente do trabalho equilibrado. *Anais Do Congresso Brasileiro De Processo Coletivo E Cidadania*, 7(7), 1193–1212. <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1563>
- Cerqueira, E. C. S. (2017). Considerações acerca do conceito de informalidade. *Produção Acadêmica*, 3(01), 123-133. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3644>
- Chersoni, F. A. (2021). O direito penal da repressão à sobrevivência: neoliberalismo, punitivismo e a nova classe trabalhadora. *Anais Seminário de Ciências Sociais Aplicadas*, 7(7). <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/7056/5967>
- Cisne, M., Castro, V. V., & Oliveira, G. M. J. C. D. (2018). Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. *Revista Katálysis*, 21, 452-470. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p452>
- Costa Neto, E. M., Andrade, C. T. S., Couto, D. F., & Magalhães, H. F. (2019). Diagnóstico etnoecológico em comunidades pesqueiras do município de Conde, região litoral norte do Estado da Bahia. *Ethnoscintia – Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia*. <http://dx.doi.org/10.18542/ethnoscintia.v0i0.10261>

- Fernandes, V. T. (2020). Individualização das relações de trabalho e Microempreendedor Individual (MEI). *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, 1(1). <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33154>
- Fernandez, B. P. M. (2019). Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, (26), 79-104. <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951>
- Filgueiras, L., Druck, G., & do Amaral, M. F. (2004). O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, 17(41). <https://doi.org/10.9771/ccrh.v17i41.18490>
- Filgueiras, V. (2019). As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In Krein, J. D.; Oliveira, R. V. de, Filgueiras, V. A. (2019). *Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú. 13-52.
- Jesus, A. S., & Santos, S. R. (2021). As dimensões das medidas governamentais brasileiras no contexto pandêmico. *CIAS. Direitos Humanos e Educação*, 4(1), 25-46. <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseduacao/article/view/5424>
- Jesus, M. D. D. (2023). *O cotidiano das baianas de acarajé em praias turísticas de Salvador-Ba: trabalho, resistência e sucessão*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, BA, Brasil. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38889>
- Krein, J. D., & Proni, M. W. (2010). *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: OIT, v. 1. Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227055.pdf
- Lima Júnior, C. F. D. (2019). *As territorialidades dos ambulantes em Natal (RN): praias da Redinha, do Meio e Ponta Negra*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, RN, Brasil. https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27135/1/TerritorialidadesambulantesNatal_LimaJúnior_2019.pdf
- Lobato, L. D. V. C., Costa, A. M., & Rizzotto, M. L. F. (2019). Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. *Saúde em Debate*, 43, 5-14. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912000>
- Mendes, R. (2020). Patogênese das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo: conhecer para mudar. *Estudos Avançados*, 34, 93-110. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.007>
- Meneses, R. B. D., Cardoso, R. D. C. V., Guimarães, A. G., Góes, J. Â. W., Silva, S. A. D., & Argolo, S. V. (2012). O comércio de queijo de coalho na orla de Salvador, Bahia: trabalho infantil e segurança de alimentos. *Revista de Nutrição*, 25, 381-392. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732012000300008>
- Organização Internacional do Trabalho (2022). *Informalidade deixa sem proteção milhões de trabalhadoras domésticas na América Latina e no Caribe*. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_848715/lang--pt/index.htm
- Pereira, S. D. O. G., & Cabral, J. P. C. (2019). Informalidade e crise do emprego no Brasil. *Humanidades & Inovação*, 6(18), 92-102. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1753>
- Santoni, D. D. L. M. (2022). *Piores formas de trabalho infantil?(des) avanços da Agenda Global de enfrentamento ao trabalho infantil*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, SP. <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/26062>
- Santos, B. I. A.; Camilo, J.A. O. (2024a). Relação Maternidade e Trabalho Informal: Uma Análise de Material de Domínio Público'. *Diálogo (UNILASALLE)*, 55. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/11628>
- Santos, B. I. A.; Camilo, J.A. O. (2024b) Nas ondas do trabalho: um olhar das experiências no cotidiano das mulheres vendedoras ambulantes no litoral. *Revista UniVap*, 30(66). <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v30i66.4565>
- Santos, Braz I. A.; Camilo, J.A. O. (2024c). Notas sobre la explotación del trabajo infantil en la costa de Salvador, Bahía, Brasil. In: Marcela Iglesias Onofrio; Sofía Pérez de Guzmán Padrón. (Org.). *Colectivos vulnerables y mercado de trabajo en Iberoamerica*. 1ªed. Sevilla: Egregius editorial, 2024, v. 1, p. 115-133. <https://egregius.es/catalogo/colectivos-vulnerables-y-mercado-de-trabajo-en-iberoamerica/>

- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 16(spe1), 99-110. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p99-110>
- Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2018). A perspectiva da psicologia social do trabalho. In Coutinho, M. C., Bernardo, M. H. & Sato, L. (Org.). *Psicologia social do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. – (Coleção Psicologia Social)
- Schwarcz, L. M. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª- ed. — São Paulo: Claro Enigma.
- Silva, A. D., Carvalho, J. G. de, Cunha, S. F. da, Molina, W. de S. L., & Gonçalves, V. H. (2020). Reforma trabalhista no Brasil: da falsa promessa à legitimação da farsa. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 31824–31844. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-582>
- Silva, E. O. D. C. (2022). As transformações no mundo do trabalho e seus impactos na qualidade de vida dos trabalhadores. *Brazilian Journal of Development*, 8(4), 28012–28032. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-343>
- Silva, G. C. D. O. (2018). *Quando eu consegui segurar a bacia com amendoim, comecei a trabalhar: o senso prático do trabalho infantil de crianças e adolescentes de bairros populares em Salvador/BA*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, BA, Brasil. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34131/1/TESE-Gisella-Cristina-Oliveira-Silva-2018.pdf>
- Silva, P. M. F. (2017). Pessoas em situação de rua e o trabalho precário no litoral brasileiro. *XXXI Congreso ALAS Uruguay*. 3-8 diciembre, Montevideo. www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/2887_patricia_marilia_felix_da_silva.pdf
- Silva, P. M. F. (2020). Entre calles y trabajos: trabajos de personas en situación de calle en Recife-Brasil. *Revista Colombiana de Sociología*, 43(2), 67-89. <https://doi.org/10.15446/rcs.v43n2.82904>
- Sousa, R. K. R. D. (2022). *O mercado de trabalho no Semiárido Setentrional na pandemia da COVID-19*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47143>
- Sousa, W. S. (2016). *O consumo turístico no trabalho informal de vendedores na Praia do Futuro/Fortaleza/Ceará*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, CE, Brasil. <http://www.uece.br/mpgntwp/wp-content/uploads/sites/71/2012/02/wesleyltonsoaresdesousa.pdf>
- Torres, T. L., Bendassolli, P. F., Lima, F. C., Paulino, D. de S., & Fernandes, A. P. F. (2018). Representações sociais do trabalho informal para trabalhadores por conta própria. *Revista Subjetividades*, 18(3), 26-38. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v18i2.6885>
- Vaclavik, M. C., Oltramari, A. P., & OLIVEIRA, S. R. D. (2022). Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz da gig economy. *Cadernos EBAPE. BR*, 20, 247-258. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120210065>
- Valentin, A., et al. (Orgs.). (2022). *Políticas públicas e Covid-19: a experiência brasileira*. São Paulo: Edições EACH. <https://doi.org/10.11606/9786588503225>
- Vidal Junior, P. O., Vieira Cardoso, R. D. C., Goes, J. A. W., Silva, I. R. C., Vianna, T. F. S., Paiva, I. S., ... & Macedo, H. F. (2017). Comida de rua e trabalho infantil: realidade na orla marítima de Salvador, Bahia, Brasil. *Vigilância Sanitária em Debate-Sociedade Ciência & Tecnologia*, 5(1), 29-35. <https://doi.org/10.22239/2317-269X.00856>
- Xavier, D. G. P. (2014). *Mobilização de competências na atividade informal do vendedor ambulante em praia de Natal (RN)*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, RN, Brasil. https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/19769/1/DeboraGuerraPereiraXavier_DISSERT.pdf
- Xavier, D. G. P., Falcão, J. T. R., & Torres, C. C. (2015). Caracterização da atividade laboral de trabalhadores informais em praia de Natal (RN)-Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 18(1), 29-45. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v18n1p29-45>
- Zanghelini, F., & Bolaño, C. (2022). Reforma Trabalhista de 2017: a ampliação da exploração da força de trabalho em meio ao avanço das políticas neoliberais. *Crítica Y Resistencias. Revista De Conflictos Sociales Latinoamericanos*, (14), 204-223. <https://www.criticayresistencias.com.ar/revista/article/view/276>

